**O QUADRO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NO NORDESTE DO BRASIL**

**RESUMO**

A alimentação é um dos direitos básicos da população, porém, alguns fatores conduzem à má alimentação, prejudicando diversos aspectos no corpo. No Brasil, a região Nordeste tem maior concentração de pessoas que apresentam mais obstáculos para acesso à alimentação pela desigualdade econômica. Diante disto, o presente estudo aborda a prevalência de insegurança alimentar no Nordeste do Brasil, apresentando fatores causais associados a esta condição. Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados Lilacs e Scielo no idioma português utilizando os seguintes descritores: "segurança alimentar" associado a “estado nutricional” ou “Brasil”. Foram encontradas 39 publicações, sendo selecionadas 12 relacionadas à temática. Os achados demonstram que a alimentação caracterizada pela deficiência de nutrientes pode prejudicar mecanismos de aprendizagem com consequências pelo resto da vida, demonstrando que a prevalência de insegurança alimentar gera prejuízos para o país. Tornando-se preocupante a possibilidade de falta de alimentos no futuro próximo até fome, classifica-se como: leve quanto à preocupação se os alimentos vão estar acessíveis no futuro, moderada é a restrição de alimentos de forma quantitativa entre os adultos e a grave é a redução da quantidade de alimentos entre o grupo infantil e quando há a presença da fome. A insegurança alimentar propicia riscos de desenvolver doenças, a maioria das famílias nessa situação apresenta baixa renda e dificuldade em adquirir hábitos alimentares saudáveis e água adequada para consumo. Conclui-se que no Brasil, o quadro de é insegurança alimentar elevado na região Nordeste, sendo necessário a implementação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Alimento Seguro e Nutricional, Prevalência, Alimentação.

**1. INTRODUÇÃO**

A alimentação é um dos direitos básicos da população, porém, alguns fatores conduzem à má alimentação, prejudicando diversos aspectos (VALENTE *et al.*, 2002) tanto por questões culturais e sociais, como também a perda da autoconfiança, estresse e sofrimento psicológico, gerando comprometimento do estado nutricional e repercutindo em doenças agudas e crônicas (HOFFMANN *et al.*, 2008).

No Brasil, a região Nordeste concentra a maior proporção de pessoas que apresentam mais obstáculos para acesso à alimentação devido à desigualdade econômica (IBGE, 2006). Entretanto, vem desenvolvendo políticas públicas voltadas com base na Segurança Alimentar e Nutricional, proporcionando novas formas de entendimento acerca da alimentação, além do ato de comer (CARNEIRO *et al.*, 2010).

Diversos estudos fazem uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), importante ferramenta para investigação desta situação com o objetivo de alertar os gestores para implementação de políticas públicas voltadas a grupos vulneráveis ou sob risco de insegurança alimentar como, os povos indígenas, comunidades quilombolas e zona rurais (FAVARO *et al*., 2007; MONEGO *et al.*, 2010).

Dentre os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, a que se destaca é a garantia do acesso ao alimento de qualidade e em quantidade adequada, ou seja, o acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade proporcional à quantidade de pessoas em um mesmo domicílio que atenda às necessidades básicas de sobrevivência, de modo que não haja um comprometimento das funções do organismo (PINTO, 2016).

Diferentes fatores que interferem na segurança alimentar como a indisponibilidade de alimentos e, principalmente, o poder aquisitivo sendo utilizado inadequadamente para a alimentação familiar (MARTINS *et al.*, 2015), tornando-se fundamental a identificação dos grupos familiares mais vulneráveis à insegurança alimentar e, assim, investigar as principais causas e efeitos para encontrar formas viáveis de solução a este grave problema (SEGALL-CORREA *et al.*, 2004). Portanto, o presente estudo objetivou abordar a prevalência de insegurança alimentar no Nordeste do Brasil e os fatores causais associados a esta condição.

**2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo se caracteriza como uma revisão de literatura realizada nas bases de dados Lilacs e Scielo, utilizando os seguintes descritores: "segurança alimentar" associado a “estado nutricional” ou “Brasil”. Para a pesquisa e seleção das publicações foram adotados os seguintes critérios de inclusão: livros e artigos publicados entre o período de 2005-2020, no idioma português, que se referiam a avaliação de quadros de insegurança alimentar no Brasil e investigação da correlação entre a segurança alimentar e as condições socioeconômicas e foram excluídos pesquisas que não atendessem a temática da pesquisa, publicações duplicadas, artigos com apenas resumos disponíveis, editoriais, comentários e cartas ao editor.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa nas bases científicas resultou em 39 publicações, onde 27 foram excluídas, selecionando-se 12 que atenderam a todos os critérios adotados.Uma alimentação caracterizada pela deficiência de nutrientes pode prejudicar principalmente os mecanismos de aprendizagem com consequências pelo resto da vida (BARROS *et al.*, 2016), demonstrando que a prevalência de insegurança alimentar gera prejuízos para o país.

Insegurança alimentar é a preocupação com a possibilidade de faltar alimentos em um futuro que está próximo até a fome, sendo classificada como: leve que corresponde à preocupação se os alimentos vão estar acessíveis no futuro, moderada é a restrição de alimentos de forma quantitativa entre os adultos e já a grave é a redução da quantidade de alimentos entre o grupo infantil e quando há a presença da fome (IBGE, 2014).

Em um estudo realizado nos municípios de Penalva e Viana (MA), verificou-se que a prevalência de insegurança alimentar foi de 79,9% em famílias de comunidades quilombolas, das quais 32,2% foram classificadas como leve, 25,7% moderada e 22,0% grave. Famílias chefiadas por mulheres, domicílios com mais de cinco pessoas, renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo foram associadas à insegurança (SILVA et al., 2020).

Em Campinas (PB), a insegurança alimentar está presente em 60,5% das famílias que contém menores de 18 anos de idade. Este percentual é subdividido em 40,1% de insegurança alimentar leve e 20,4% de moderada a grave (PANIGASSI et al., 2008). Vários são os fatores relacionados à insegurança alimentar, tendo maior destaque a baixa renda familiar per capita e a moradia precária (VIANNA *et al.*, 2008).

Enquanto que em outro estudo realizado com famílias com crianças menores de cinco anos no município de Gameleira (PE) observaram que na área urbana a prevalência de insegurança alimentar grave foi de 43,8% enquanto na zona rural predominou a moderada com 34,4%. Além disso, verificaram que 90% das famílias apresentam uma renda familiar per capita abaixo da linha de pobreza e um baixo nível de escolaridade das mães (OLIVEIRA et al., 2010).

A prevalência de insegurança alimentar em idosos usuários do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) no município de Santa Cruz (RN) apresentaram insegurança alimentar leve com 28,0% seguido de grave com 3,4%. O diagnóstico de insegurança alimentar não é somente confirmada pela falta total/parcial do alimento, mas também pela restrição nas escolhas alimentares destes, tornando-se imprescindível orientação nutricional (MENEZES, 2017).

Resultados semelhantes foram encontrados no município de Fortaleza (CE) por Martins *et al.* (2015) no qual o maior percentual foi a insegurança alimentar leve (35%), a moderada (29%) e a grave (24%). Além disso, 88% foram classificadas com situação de insegurança alimentar e apenas 12% em segurança alimentar. Sabóia *et al.* (2015) verificaram que 35,6% das residências visitadas em Teresina (PI) estavam na situação de insegurança alimentar leve, 16,1% moderada e 13,3% grave.

Os grupos familiares com pré-escolares que tem o benefício do Programa Bolsa Família, apresentam uma elevada vulnerabilidade social repercutindo em alta insegurança alimentar (72,8%), correndo riscos que prejudicam principalmente o crescimento e desenvolvimento das crianças, devido ao não acesso à alimentação adequada, um dos principais fatores associados é a baixa escolaridade materna (SPERANDIO *et al.*, 2015).

Silva *et al.* (2017), observaram que a prevalência de insegurança alimentar em quilombolas do município de Vitória da Conquista (BA) foi superior em comparação com os não quilombolas com 64,9% e 42,0% respectivamente, no qual difeririam aos seguintes fatores: nível econômico, participação no Bolsa Família, ter algum membro com trabalho mensal fixo, escolaridade do chefe da família, tipo de piso no domicílio, tratamento de água e etc.

A condição de insegurança alimentar ocorre, principalmente, na zona rural da região Nordeste do Brasil, representando 29,8%, devido grande parte da população encontrar-se em situação de pobreza e baixa escolaridade, além de estar associado à questões como gênero (mulheres) e raciais (indígenas, pardos e pretos), constituindo, desta forma, os níveis inferiores da hierarquia social (ROSA *et al.*, 2012).

Vasconcelos *et al*., (2015) verificaram que a prevalência de insegurança alimentar em domicílios de indivíduos portadores de hipertensão e/ou diabetes no município de Maceió (AL) foi de 78,0% dos hipertensos, 73,0% dos hipertenso diabéticos e 78,0% dos diabéticos, tendo associação significativa com a classe econômica, renda per capita, obesidade abdominal, hipertensão arterial e hipertrigliceridemia.

**4. CONCLUSÕES**

A elevada prevalência de insegurança alimentar na Região Nordeste do Brasil está associada a fatores como baixa renda, nível de escolaridade, saneamento básico e etc conforme observado na maioria das famílias, tornando-se necessário encontrar soluções adequadas e sustentáveis ​​que melhorem o acesso aos alimentos, como a implementação de políticas públicas com a finalidade de aumentar o acesso aos recursos alimentares.

**6. REFERÊNCIAS**

BARROS, K.C.S. *et al*. Perfil Socioeconômico e Nutricional de Escolares em (In)Segurança Alimentar de uma Região do Semiárido Nordestino. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde** v. 20, p.5-10, 2016.

CARNEIRO, D.G. *et al.* O agente comunitário de saúde e a promoção da segurança alimentar e nutricional na estratégia saúde da família: reflexões a partir de uma experiência educativa. **Revista Atenção Primária à Saúde**, v.13, p.510-17, 2010.

FAVARO, T. *et al.* Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 23, p. 785-93, 2007.

HOFFMANN R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise de dados do PNAD de 2004. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas**, v.15, p.49-61, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censoagropecuário: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar, 2013**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014.

MARTINS, M.C. *et al.* Consumo alimentar de famílias de pré-escolares em situação de (in)segurança alimentar1. **Ciencia y EnfermerIa**, v. 3, p.63-71, 2015.

MENEZES, B.A.A. **Caracterização nutricional e insegurança alimentar em um grupo de idosos usuários do NASF**. 2017. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, 2017.

MONEGO, E.T. *et al.* (In)segurança alimentar de comunidades quilombolas de Tocantins. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, p. 37-47, 2010.

OLIVEIRA, J.S. et al., Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de Gameleira, zona da mata do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, p. 237-245, 2010.

PANIGASSI, G. *et al.* Insegurança alimentar como indicador de iniqüidade: análise de inquérito populacional. **Caderno de Saúde Pública**, v.24, p.2376-2384, 2008.

PINTO, C.A. *et al.* Insegurança alimentar e estado nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Journal of Management and Primary Health Care**, v.7, p.46-46, 2016.

SABÓIA, R.C.B.; SANTOS, M.M. Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela Estratégia Saúde da Família em Teresina, Piauí, 2012-2013\*. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p.749-758, 2015.

SEGALL-CORRÊA, A.M. *et al.* **(In)segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação**. Organização Panamericana de Saúde, Universidade Estadual de Campinas. (Relatório Técnico), 2004.

SILVA, E.K.P. et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Caderno de Saúde Pública**, v. 33, p. 2-13, 2017.

SILVA, B.M.A. et al. Situação de insegurança alimentar e nutricional em famílias quilombolas maranhenses. **Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 15, p. 1-14, 2020.

SOUZA, N.N. *et al.* Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011:estudo epidemiológico transversal. **Epidemiologia e Serviços da Saúde**, v. 21, p.655-662, 2012.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S.E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Revista** **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p.739-748, 2015.

VALENTE F. **Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas**.São Paulo:Cortez. 2002.

VASCONCELOS, S.M.L. et al. Insegurança alimentar em domicílios de indivíduos portadores de

hipertensão e/ou diabetes. **Internacional Journal of Cardiovascular Sciences**, v.28, p. 114-121, 2015.

VIANNA, R.P.T.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Revista de Nutrição,** v. 21, p.111-122, 2008.